

Desempenho escolar de crianças em situação de vulnerabilidade social

Sabrina Boeira da Silva

Graduanda do curso de Pedagogia do Cesuca Faculdade Inedi. Endereço: RS 20, 13775, Itacolomi, Gravataí – RS. CEP: 94000-970. Fone: (51) 34320149 ou 98847521. e-mail: sabriboeira@yahoo.com.br

Dra. Andrea Rapoport

Psicóloga, Dra. em Psicologia. Docente no Cesuca Faculdade Inedi e Unilasalle

RESUMO

Todos os anos ingressam nas escolas públicas uma grande parcela de crianças oriundas de comunidades vulneráveis, com uma história de vida que, em muitos casos, inclui situações de trabalho infantil, negligência, maus-tratos e exploração, somados ao quadro de pobreza, desemprego e drogas que envolvem suas famílias. Muitas apresentam algum tipo de distúrbio ou dificuldade ligado ao desempenho escolar, tornando questionável a relação entre a condição de vida e o rendimento por elas obtido. Esse artigo trata-se de uma revisão bibliográfica que busca caracterizar alguns dos fatores que podem interferir no desempenho escolar, como a vulnerabilidade social, a participação da família e da escola, as características do desenvolvimento na faixa etária em que se encontram as crianças que frequentam as séries iniciais do ensino fundamental, fatores de risco, fatores de proteção entre outros, mostrando de que forma estes podem afetar a aprendizagem e o rendimento dessas crianças na escola e auxiliando os educadores na compreensão dos fatores que compõe o quadro de baixo desempenho de seus alunos.

Palavras-chave: Desempenho escolar; vulnerabilidade social; desenvolvimento infantil.

Abstract

Every year enrolled in public schools a large proportion of children from vulnerable communities, with a life story that, in many cases, includes child labor situations, neglect, maltreatment and exploitation, added to the poverty scenario, unemployment and drugs involving their families. Many children have some kind of disorder or difficulty related to school performance, causing them to question the relationship between their living conditions and the results obtained by them in school. Thus, this article discusses issues such as social vulnerability, importance of family, school performance and results, characteristics of the development of children within the same age group attending the early grades of elementary school, risk and protection factors, and other relevant topics that permit to get a broad view of the problem.

Key-words: School performance; social vulnerability; child development

1 INTRODUÇÃO

A atual população brasileira cresce rapidamente em uma sociedade deficiente no que diz respeito à estrutura educacional, sistema de saúde e mercado de trabalho, com políticas públicas inadequadas e insuficientes para atender a grande maioria dos cidadãos. A baixa escolaridade tem se mostrado, através de estudos já realizados, um dos principais indicadores entre os motivos que levam a população à pobreza extrema e à vulnerabilidade social (KAZTMAN, 2005 apud SILVA, 2007). A falta de acesso à informação faz com que as pessoas que vivem em tal realidade tornem-se menos capazes de buscar melhorias nas condições de vida e reivindicar seus direitos. A educação básica, que é obrigatória e gratuita, mostra-se como uma das poucas oportunidades oferecidas para elevar a condição social. Ainda assim, atualmente existe um grande número de crianças e adolescentes que mesmo frequentando a escola durante anos, concluem o ensino fundamental com sérios déficits na aprendizagem. Todavia, não se pode culpar somente o sistema educacional, já que são muitos os aspectos que implicam no sucesso escolar. Um deles revela-se através do histórico de vida de cada criança, sua relação com a família e seu desenvolvimento social e psicológico. Dessa forma, buscou-se através desta revisão bibliográfica caracterizar os fatores que podem interferir no desempenho escolar das crianças que se encontram em situação de vulnerabilidade social, desestruturação familiar, pobreza e maus tratos.

2 VULNERABILIDADE SOCIAL

Nos últimos anos é crescente a utilização do termo vulnerabilidade social entre os meios de pesquisas sociais, educacionais e psicológicos. Entretanto, percebeu-se que há uma discrepância em relação ao significado dado a este termo, ou mesmo que são usados outros termos como famílias em situação de risco, famílias pobres, famílias de baixa renda, famílias de camadas populares entre outros para denotar o mesmo sentido (PRATI; COUTO; KOLLER, 2009). O estudo desses termos apontou para um único foco: trata-se de famílias que se apresentam vulneráveis por estarem fragilizadas e suscetíveis a fatores de risco. Prati, Couto e Koller (2009, p.404) definem vulnerabilidade social da seguinte forma:

A vulnerabilidade social pode ser expressa no adoecimento de um ou vários membros, em situações recorrentes de uso de drogas, violência doméstica e

outras condições que impeçam ou detenham o desenvolvimento saudável desse grupo. Vulnerabilidade social é uma denominação usada para caracterizar famílias expostas a fatores de risco, sejam de natureza pessoal, social ou ambiental, que coadjuvam ou incrementam a probabilidade de seus membros virem a padecer de perturbações psicológicas.

Assim, a vulnerabilidade social pode ser identificada em uma única família ou em uma comunidade inteira, o que é mais comum. Normalmente está relacionada a situações de desequilíbrio no ambiente familiar, bem como ao uso de drogas e baixo poder econômico, onde os indivíduos que integram este contexto apresentam déficits em seus recursos pessoais (PRATI; COUTO; KOLLER, 2009).

A pobreza extrema seguidamente acompanha a vulnerabilidade, no entanto não é o que a define. Vulnerabilidade caracteriza-se também pela impossibilidade de modificar a condição atual em que se encontra, e está ligada à localização, uma vez que essas populações encontram-se em locais muito afastados e, mais comumente, próximos às cidades, nos centros urbanos (KAZTMAN, 2005 apud SILVA, 2007).

Essa parcela sobrevive em condições precárias no que se refere à alimentação, higiene, educação e saúde, sem acesso a melhores oportunidades de emprego, já que muitos não possuem quase nenhuma instrução, fato que lhes põe fora do mercado de trabalho antes mesmo que possam disputar por uma vaga de emprego. Tal situação leva essas pessoas ao trabalho informal, e assim, sem poder garantir seus direitos, são exploradas e trabalham somente para sobreviver, sem a chance de alcançar melhor condição social. São populações vulneráveis, aqueles cidadãos, se é que assim se pode dizer, que por não reconhecerem seus direitos nem ao menos sabem onde e como reivindicar mudanças ao quadro em que estão inseridos. Segundo Silva (2007, p.3) “as populações atingem um elevado grau de vulnerabilidade que não podem ter a capacidade de escolher ou negar aquilo que lhes é oferecido”.

Uma das características dessa camada é a baixa escolaridade. A escola é posta de lado já que a necessidade de renda é vista como maior e imediata. Todavia, entende-se que a educação pode contribuir vastamente para a conquista de uma melhor condição social. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais a educação está definida como princípio indispensável ao exercício da cidadania (SOARES, 2002), de modo que sem a educação, dificilmente essa população vulnerável conseguirá formar pessoas que exerçam seu papel de cidadãos, capazes de se manifestar em prol de seus direitos.

2.1 Vulnerabilidade social x comportamento e desempenho escolar

São muitos os estudos que tratam da influência do meio sobre o desenvolvimento e a aprendizagem infantil. Dentre eles destaca-se o trabalho do psicólogo e pesquisador Lev Vygotski (1896 – 1934), que estendeu seus estudos a respeito deste assunto. Para este autor não se pode negar a relação entre desenvolvimento humano e ambiente, sendo que criança e ambiente influenciam-se mutuamente (RAPOPORT; SARMENTO, 2009). Sendo assim, de acordo com os estudos realizados por Vygotski, crianças que se desenvolvem em ambientes desfavoráveis, que presenciam e sofrem práticas violentas em família, com pouco estímulo por parte dos pais, tendem a ter seu desenvolvimento prejudicado e a serem influenciadas pelas mediações negativas que o meio ao qual estão inseridas lhes submete.

Sopelsa (2000, p.34) cita que “desde o nascimento até a morte, o homem sofre influências das pessoas, da sociedade, do mundo, e reage a estas influências de acordo com as raízes que lhe foram impressas, ao longo de sua existência, pelas suas vivências e sentimentos”, fundamentando o comportamento das crianças que, ao apresentarem atitudes agressivas, possivelmente estão reproduzindo o que vivem em suas casas. Crianças advindas de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social tendem a apresentar na escola comportamento semelhante ao que vivenciam em casa. Segundo uma pesquisa realizada por Ferreira e Marturano (2002, p.40):

Crianças com problemas de comportamento sofrem mais agressão física por parte dos pais, seu relacionamento com os pais é descrito mais frequentemente como distante ou envolvendo conflitos, e elas recebem mais suspensão na escola. As relações com os companheiros também estão prejudicadas.

Este estudo vai ao encontro das dificuldades encontradas nas escolas localizadas em bairros onde vivem famílias em condição de vulnerabilidade social. Ferreira e Marturano (2002, p.39) referem ainda que, no estudo realizado, “o grupo de crianças com problemas de comportamento tem seu ambiente de desenvolvimento mais prejudicado”, o que leva a crer que a probabilidade de crianças que vivem em ambientes conturbados apresentarem alterações no comportamento e baixo rendimento escolar é maior do que para crianças que se desenvolvem em um ambiente estável.

É importante ressaltar que as experiências vivenciadas pelas crianças podem ter maior ou menor impacto de acordo com a fase de desenvolvimento que a criança se encontra (RAPOPORT; SARMENTO, 2009), pois cada uma poderá interpretar de forma diferente as interações com o meio, podendo estar envolvidos também fatores de proteção e resiliência. Bee (1997, p. 37) afirma que “o desenvolvimento de cada indivíduo é moldado por uma combinação única de eventos específicos”, tornando necessário para que se obtenha uma percepção mais precisa um estudo de caso.

Tratando-se da aprendizagem, Vygotski sugere que esta se inicia antes mesmo do ingresso da criança na escola, sendo que aprendizagem e desenvolvimento estariam interligados (RAPOPOR; SARMENTO, 2009). Vygotski estabelece em sua teoria as zonas de desenvolvimento real e proximal. Zona de desenvolvimento real corresponde à capacidade já adquirida pela criança, e a zona de desenvolvimento proximal corresponde ao potencial a ser desenvolvido, que a criança poderá alcançar com o auxílio de um adulto (CAVALCANTI, 2005). Daí a importância de se estar em um ambiente onde a aprendizagem seja favorecida, tendo como ponte para tal, adultos capazes e dispostos a estimular o potencial dessas crianças. Infelizmente, em comunidades vulneráveis, são poucas as famílias que tem a possibilidade de dispor de materiais, jogos, livros ou mesmo de tempo e atenção para dedicar às crianças, talvez pela incompreensão da importância dessa fase da vida. É inegável considerar que as vivências dessas crianças possam afetar de alguma forma sua vida escolar.

Um dos principais questionamentos em torno de tais situações aponta para a forma como as escolas podem contribuir para que sejam contornadas ou pelo menos minimizadas as lacunas que poderão ficar no desenvolvimento, e como estimular de maneira adequada crianças advindas de situações de negligência e maus-tratos para que essas possam superar os traumas sofridos e alcançar um bom rendimento escolar. Scivoletto et al (2009, p.206) sugerem um trabalho preventivo e de reabilitação, com o objetivo de atenuar transtornos psíquicos, emocionais e fonoaudiológicos já que, segundo estes mesmos autores, não se pode esperar que “alunos que se desenvolveram e vivem em locais onde todos gritam para serem ouvidos” tenham comportamentos mais educados e adequados, e compreendam a necessidade da educação só porque estão na escola (SCIVOLETTO et al., 2009). Contudo, a partir das questões expostas acima entendemos que, para que tais encaminhamentos sejam oferecidos, seria necessário

também um investimento dos municípios e do estado para oportunizar com prioridade atenção especial a esses casos.

3 DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Considerou-se relevante retomar questões inerentes ao estágio de desenvolvimento em que se encontram as crianças que frequentam os primeiros anos do ensino fundamental. Dentre as teorias sobre desenvolvimento infantil será abordada aqui a Teoria Psicossocial de Erik Homburger Erikson (1902 – 1994), que traz uma abordagem voltada à formação da identidade, considerando o ser humano parte da sociedade, que vive em grupo e está sujeito a influências do meio (RABELLO; PASSOS, 2011). Segundo Bee (1997, p.63) “Erikson enfatizou forças sociais mais do que impulsos inconscientes, como motivos para o desenvolvimento”, apontando para o ambiente de desenvolvimento social como fator decisivo para o desenvolvimento. Erikson dividiu o desenvolvimento humano em oito etapas, cujo resultado de cada uma dessas fases determinará o comportamento do indivíduo na próxima etapa. São elas: confiança básica x desconfiança básica, autonomia x vergonha e dúvida, iniciativa x culpa, indústria x inferioridade, identidade x confusão de papéis, intimidade x isolamento, generatividade x estagnação, integridade x desespero. Para esse artigo, será destinada maior atenção à etapa de desenvolvimento indústria x inferioridade que aborda o desenvolvimento das crianças de seis a doze anos.

O estágio de indústria x inferioridade (6 – 12 anos) é o momento em que se inicia a vida escolar. A partir do contato com um meio social distinto ao familiar e com o desenvolvimento intelectual a criança passa a valorizar as atividades do mundo adulto, demonstra interesses por atividades em conjunto, passa a sentir prazer e percebe que pode ser recompensada ao cumprir determinadas tarefas (RABELLO; PASSOS, 2011). Passam também a valorizar o estudo, visualizando-o como forma de estarem inseridas em uma sociedade onde todos têm uma ocupação/trabalho.

Nessa etapa é imprescindível a valorização das atividades realizadas pela criança e a potencialização de suas habilidades. É fundamental que a escola e os pais propiciem atividades onde essas possam exercitar funções diversas, as quais lhes possibilitem encontrar a satisfação e o sucesso, com vistas a exaltar o sentimento de capacidade dessa criança. Caso essa etapa não ocorra de forma adequada a criança pode apresentar

características de inferioridade, sentindo-se incapaz e frustrada com tarefas que não consegue realizar, de forma que, segundo Erikson, poderá projetar em seu futuro os resultados dessa etapa de sua vida.

3.1 Importância do apego no desenvolvimento infantil

Entre as teorias que defendem a importância dos laços estabelecidos entre a mãe e o bebê desde os primeiros dias de vida destaca-se a obra de John Bowlby (1907 – 1990). Para o autor, os bebês nascem com a capacidade de criar fortes laços emocionais com seus cuidadores, que para o recém-nascido adotam valor de sobrevivência (BEE, 1997). Esses laços, uma vez estabelecidos, seja com a mãe ou com quem está diretamente ligado à criança provendo seus cuidados, representam uma relação de segurança a qual Bowlby denominou apego. Bee (1997, p.166) refere que “comportamentos de apego são, basicamente elicitados quando o indivíduo necessita de cuidado, apoio ou conforto. Um bebê encontra-se em estado de necessidade em boa parte do tempo”. Portanto, para que o bebê possa desenvolver o sentimento de segurança é necessário que se esteja atento às suas necessidades. Bowlby descreveu em sua obra diversos tipos de apego, a partir da classificação de Ainsworth e colegas (1971), posteriormente relacionados por ele com as condições familiares que os promoveram. Segundo Bowlby (1989) são eles: apego seguro e os tipos de apego inseguro - resistente e ansioso, ansioso com evitação e desorganizado, posteriormente descrito por Main e colegas. No apego seguro, a criança tem confiança de que os pais estarão disponíveis, oferecendo ajuda em caso de situação adversa ou amedrontadora. É promovido por um dos pais, especialmente a mãe, que nos primeiros anos se mostra disponível, sensível aos sinais da criança e com respostas amáveis quando esta busca conforto e/ou proteção. O apego resistente e ansioso caracteriza-se pela incerteza da criança na disponibilidade dos pais para ajudá-la caso necessite. Devido a isto, ela tende a ficar grudada, demonstrar ansiedade de separação e dificuldade de explorar o mundo. É promovido por pais que se mostram instavelmente disponíveis e prestativos, por separações e ameaças de abandono usadas como forma de controle. Já o apego ansioso com evitação ocorre quando a criança não tem nenhuma confiança de que se procurar ajuda e cuidado irá recebê-lo, esperando ser rejeitada. Este modelo é promovido por uma mãe que rejeita constantemente a criança, sempre que ela a buscava para conforto e

proteção. Por fim, o apego desorganizado, descrito posteriormente por Main e colegas foi observado em crianças que sofreram abuso físico ou foram completamente negligenciadas pelos pais.

As relações de apego são internalizadas pela criança durante a infância e trazem reflexos para a vida adulta. Filhos de pais negligentes, que não se preocupam em oferecer cuidados básicos à criança como alimentação, higiene, segurança e afeto acabam por desencadear em seus filhos o tipo de apego inseguro, que tão logo a criança se desenvolva, mostrará em seu comportamento características relativas a essas falhas. As consequências da formação de um apego inseguro poderão ser visualizadas ao longo do crescimento da criança, quando esta estiver frente a tarefas escolares desafiadoras e diante das exigências existentes no relacionamento e socialização com as demais crianças (BEE, 1997).

A negligência e os maus-tratos praticados pelos pais ou cuidadores na infância podem acarretar danos irreversíveis ao desenvolvimento da criança, cujo reflexo poderá ser visto na escola, já nos primeiros anos. O ambiente social em que a criança se desenvolve pode ser um fator de influência. Crianças que apresentam maior déficit no desempenho escolar e problemas de comportamento geralmente provêm de famílias desorganizadas, com disciplina inconsciente, sistemas de castigos e punições exagerados, rejeição à criança, falta de supervisão e de afeto, acarretando a formação de apegos inseguros e comprovando que o núcleo familiar é a principal base para o desenvolvimento saudável da criança (BEE, 1997).

4 A FAMÍLIA, O DESENVOLVIMENTO E O DESEMPENHO ESCOLAR

A família é o primeiro vínculo social ao qual a criança está ligada, e é por meio dela que adquirimos a linguagem, os costumes e práticas sociais. Através da família que se desenvolvem os primeiros laços afetivos, indispensáveis para o desenvolvimento integral de uma criança. Esses laços, construídos desde o nascimento, serão certamente determinantes, e acompanharão o indivíduo por toda sua vida. Consta no Estatuto da Criança e do Adolescente (GRAVATAÍ, 2009), artigo 4º, que é dever, principalmente da família, assegurar direitos como educação, saúde, dignidade, segurança e convívio familiar e comunitário, visando a integridade e o desenvolvimento total da criança. Entretanto, sabe-se que existem muitas crianças em situação contrária ao que prevê a

Lei. A falta de acesso associada à desvalorização da educação, à incompreensão dos pais quanto à sua importância, os problemas econômicos e culturais, as drogas e a criminalidade, entre outras tantas dificuldades, fazem da família muitas vezes um fator de risco para o desenvolvimento e, conseqüentemente, para o desempenho escolar da criança (FERREIRA; MARTURANO, 2002). Cada vez mais crescem as comunidades vulneráveis, nas quais existem poucos recursos e muita instabilidade. Configurações diversas de famílias que se modificam constantemente tem se tornado comum, todavia a falta de uma estrutura familiar estável pode interferir na vida escolar de uma criança. Para Ferreira e Marturano (2002, p. 44):

A trajetória de desenvolvimento de muitos desses indivíduos já inclui, na infância intermediária, mecanismo de vulnerabilidade envolvendo fracasso escolar, problemas nas relações interpessoais, falhas parentais na supervisão, no monitoramento e no suporte, investimento pobre dos pais no desenvolvimento da criança, práticas punitivas e modelos adultos agressivos.

Famílias desestruturadas, onde as crianças ficam expostas desde cedo a situações de violência, vícios, falta de zelo com os filhos e conflitos frequentes entre os adultos podem ser causadoras de traumas, que irão refletir na socialização, no comportamento e no desempenho escolar desses indivíduos. Pais muito rígidos, que se utilizam de práticas punitivas e agressões na educação de seus filhos, unidos a um ambiente social vulnerável, onde os índices de criminalidade são altos, contribuem para o surgimento de características agressivas nessas crianças em ambientes como a escola e no convívio com seus pares. De acordo com Bee (1997, p.43) “Aqueles pais que fazem uso de técnicas deficientes de disciplina e monitoram a criança de maneira incorreta apresentam uma maior probabilidade de terem filhos desobedientes e antissociais”. Daí a importância do cuidado com o desenvolvimento da criança desde seu nascimento, pois as referências recebidas nessa fase poderão moldar traços na personalidade deste indivíduo que o acompanharão durante toda a vida, inclusive afetando seu desempenho acadêmico (BEE, 1997).

Sabe-se que grande parte das escolas, onde existem as queixas em relação ao desempenho dos alunos, encontram-se situadas em comunidades carentes e vulneráveis. Segundo Ferreira e Marturano (2002, p.39) “crianças provenientes de famílias que vivem com dificuldades econômicas e habitam em comunidades vulneráveis, tendem a apresentar mais problemas de desempenho escolar e de comportamento”. Talvez,

Revista Educação em Rede: Formação e Prática Docente. ISSN: 2316-8919

<http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/educacaoemrede/index>

p. 1-26

devido ao fato de muitos dos pais ou responsáveis por essas crianças apresentarem baixa escolaridade e não reconhecerem na escola uma oportunidade de ascensão social, passam adiante esse desinteresse, não incentivando seus filhos a dedicarem-se aos estudos (PEREIRA; SANTOS; WILLIAMS, 2009). Em um estudo realizado foi constatado que mães com mais anos de estudo se envolvem mais com a escolaridade de seus filhos, e que esse maior envolvimento está associado a um melhor desempenho da criança (STEVENSON; BACKER, 1987 apud D'AVILA-BACARJI; MARTURANO; ELIAS, 2005) É importante compreender que muitos dos adultos que cercam essas crianças que apresentam dificuldades na escola foram também crianças que obtiveram fracasso escolar por falta de subsídio ou pela necessidade de trabalhar desde muito cedo. Muitos desses adultos ficaram pelo caminho na caminhada escolar, por serem também vítimas de uma sociedade de poucas oportunidades àqueles que vivem em situação de precariedade. A falta de acesso e de incentivo faz até hoje com que muitas crianças deixem a escola para procurar um meio de ajudar com o sustento da família, que precisa de sua mão-de-obra para sobreviver mais do que de sua educação.

É importante pontuar o envolvimento da família com a escola. Ferreira e Marturano (2002, p.43) citam que:

Os recursos que diferenciam este grupo estão tipicamente presentes nas interações familiares envolvendo diretamente a criança, expressas nas oportunidades de convivência entre a criança e seus pais, no suporte para enfrentamento de problemas cotidianos e no envolvimento dos pais em atividades facilitadoras do desenvolvimento.

O incentivo dos pais e a importância que estes direcionam à escola são influenciadores e determinarão o comprometimento da criança com a educação. Pais que acompanham seus filhos, que se preocupam com seu desempenho e disponibilizam algum tempo para, junto com as crianças, verificar as atividades da escola aumentam as chances de seus filhos obterem um bom desempenho, pois estes estarão sendo positivamente influenciados a preocupar-se com a própria educação (MARTURANO, 1999 apud D'AVILA-BACARJI; MARTURANO; ELIAS, 2005). O bom relacionamento com os pais ou cuidadores também pode ser um fator importante no interesse e na preocupação da criança em realizar as tarefas da escola, observam D'avila-Bacarji, Marturano e Elias (2005).

Existem ainda outros fatores que dependem da família e que poderão influenciar no desempenho escolar das crianças. O letramento atualmente é um termo muito usado para

Revista Educação em Rede: Formação e Prática Docente. ISSN: 2316-8919

<http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/educacaoemrede/index>

p. 1-26

definir o acesso e a necessidade social da leitura e escrita. Crianças cujos pais não possuem hábitos de leitura, não costumam ler ou contar histórias a seus filhos, podem ser influenciadores de seu interesse. A necessidade da leitura e escrita para a vida em sociedade, através do convívio em locais onde existam placas, cartazes, folhetos, jornais, etc., poderá despertar mais facilmente na criança o interesse em se apropriar desse código, ampliando sua dedicação. O fato de muitas crianças estarem distantes de formas de estimulação intelectual, que poderiam lhes despertar interesse e curiosidade, pode acarretar altas taxas de problemas e de fracasso escolar, principalmente em bairros pobres (BEE, 1997).

O desempenho escolar de uma criança é certamente resultado de seu desenvolvimento e das condições vividas durante o mesmo. De acordo com Bee (1997, p.306) “não é o estresse vivido pela família, mas a capacidade da família para enfrentar os estresses de suas vidas para criar um ambiente suficientemente apoiador para que a criança desenvolva as necessárias competências intelectuais e sociais”. Apesar das condições adversas em que se encontram grande parte das famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social, cabe a esta propiciar uma base sólida, embasada no comprometimento com a educação da criança, que necessita plenamente da dedicação e incentivo dos pais ou responsáveis.

5 O PAPEL DA ESCOLA NO DESEMPENHO DO ALUNO

Na vida de uma criança a escola desempenha funções imprescindíveis. Neste ambiente serão proporcionadas vivências que farão parte do desenvolvimento e contribuirão para a aprendizagem, podendo significar ainda local de proteção, onde a criança se sentirá acolhida. Segundo Bee (1997, p.284) “a mais óbvia influência que não a família sobre a criança entre os 6 e 12 anos é a escola que ela frequenta”. É no ambiente escolar que se dá a socialização, lá também são construídos laços afetivos com colegas e professores que poderão ocupar papel importantíssimo na vida de uma criança, principalmente se esta passou por adversidades.

Acredita-se que, principalmente em comunidades vulneráveis, a escola assume funções que vão além do ensino. A carência afetiva e social das crianças obriga o corpo docente a oferecer mais do que a legislação delega à escola. De acordo com Sampaio (2004, p.38)

Os laços de família estão cada vez mais frágeis, o que pode ser evidenciado pelo registro crescente de separações e divórcios. É uma instituição que educa e desenvolve hábitos e valores básicos, exercendo uma influência determinante na estruturação da personalidade e na vida do ser humano. Como essas funções tem sido também delegadas à escola, esta se tornou uma instituição que cresceu em importância para elaborar as dificuldades individuais, familiares e sociais.

Segundo a autora, a escola acaba assumindo funções que antes eram ocupadas pela família, mas que com a desestruturação que nos dias de hoje é quase comum à maioria dos alunos, recaem sobre a instituição escolar.

É necessário considerar ainda a qualidade do trabalho e o comprometimento investido na escola por aqueles que a compõe. Sabe-se que o modo como o ensino é conduzido, a estrutura da escola, a metodologia usada pelo professor e o investimento destes em relação aos alunos serão fatores determinantes na aprendizagem das crianças que lá estudam (BEE, 1997). Mais do que recursos financeiros e boa estrutura, para a escola funcionar bem são necessários também profissionais motivados, preocupados com a formação de seus alunos. A direção escolar deve estar empenhada em atender bem a comunidade, a fim de corresponder às suas demandas, dando conta de, juntamente com os professores, tomar os rumos necessários para oferecer uma educação de qualidade (BEE, 1997). Segundo Bee (1997, p.287), para uma escola obter sucesso é necessária uma organização que inclua “metas e regras claras, bom controle, boa comunicação e muita preocupação com os alunos”. Por isso acredita-se que, quando o foco do ensino é a qualidade que se oferece ao aluno, mesmo com poucos recursos torna-se possível a escola proporcionar um ambiente favorável ao desenvolvimento e à aprendizagem.

5.1 O professor e a importância da intervenção pedagógica

A figura do professor, nos primeiros anos do ensino fundamental, assume papel de referência para as crianças. Quando este consegue em sua classe desenvolver uma esfera de confiança e amizade o trabalho torna-se mais fácil e o sucesso dos alunos mais provável (BEE, 1997).

Sendo o professor a pessoa que passa um período significativo do dia convivendo diretamente com os discentes, deve este conhecer seus alunos, estar apto a

identificar suas dificuldades e interferir de maneira positiva, de forma a promover situações favoráveis à aprendizagem. O processo de ensino aprendido deve ocorrer de forma integrada, onde o aluno possa ser o protagonista e o professor assumir o papel de facilitador. Segundo Coll (1994, p.103):

Os processos escolares de ensino/aprendizagem são, em essência, processos interativos com três vértices: o aluno que está levando a cabo uma aprendizagem; o objeto ou objetos de conhecimento que constituem o conteúdo da aprendizagem; e o professor que age, isto é, que ensina, com a finalidade de favorecer a aprendizagem dos alunos.

O professor, conforme a afirmação do autor, deve agir como mediador entre o objeto de conhecimento e a aprendizagem, utilizando-se de seus recursos e de sua metodologia para tornar as experiências vivenciadas pelas crianças significativas.

Quando a escola encontra-se situada em um bairro onde a vulnerabilidade social faz parte da vida das famílias, o professor tem pela frente ainda mais um desafio que se caracteriza pelas dificuldades em lecionar em uma classe que une especificidades em um único núcleo. Nessas comunidades podem ser encontrados em uma mesma sala de aula alunos que passaram por experiências extremas, muitos deles com privações e déficits que se colocam como empecilhos ao desenvolvimento e à aprendizagem. Entretanto, o professor que se dispõe a trabalhar com este perfil precisa ter o cuidado de não determinar a capacidade de seus alunos pela situação em que estes vivem. Silva (2011, p.69) refere que “a capacidade intelectual dos alunos tal como avaliada pelos professores acaba sendo determinada pela tipificação que os professores fazem deles. Essa tipificação é determinada, em grande parte, pela classe social dos alunos”. Podendo ser citado como um preconceito, rotular um aluno ou minimizar suas capacidades tendo como justificativa sua condição social, ou qualquer outro fator que o diferencie dos demais, em detrimento a sua capacidade de aprendizagem é incorreto, pois contamina as perspectivas dos outros professores que certamente também deixarão de investir nesse aluno. Aí poderá se perder um grande talento, uma possibilidade de sucesso e superação. Por outro lado, um professor que atua em uma comunidade vulnerável possui nas mãos a possibilidade desenvolver um trabalho diferenciado com este perfil, que certamente é privado de muitas outras possibilidades.

Tornar o ambiente propício à aprendizagem pode não ser uma tarefa fácil para o professor, já que as situações de aprendizado ocorrem não somente na sala, mas através

das experiências vivenciadas em todo âmbito escolar. Oliveira (2005, p.62), ao tratar da teoria de Vygotski, cita que:

[...] na escola o aprendizado é um resultado desejável, é o próprio objetivo do processo escolar, a intervenção é um processo pedagógico privilegiado. O professor tem o papel explícito de interferir na zona de desenvolvimento proximal dos alunos, provocando avanços que não ocorreriam espontaneamente. O único bom ensino, afirma Vygotsky, é aquele que se adianta ao desenvolvimento.

A interação com os colegas e professores torna-se, então, fundamental para o aprendizado, cabendo ao professor estar atento e intervir nas interações. Ao agir sobre a zona de desenvolvimento proximal, o professor estará auxiliando o aluno a evoluir em seu aprendizado.

6 FATORES DE RISCO

Ao se tratar de crianças que vivem em situação de vulnerabilidade social, vê-se a necessidade de caracterizar fatores que podem se apresentar como risco a elas. Fatores de risco são todas as adversidades que podem interferir no desenvolvimento humano, seja na infância, na adolescência ou qualquer outra fase da vida (SAPIENZA; PEDROMÔNICO, 2005). Esses fatores podem ser identificados em inúmeras situações, sendo que podem ou não afetar o desenvolvimento, variando de acordo com a forma em que o indivíduo interpreta essa interferência e, muitas vezes, ligada aos fatores de proteção.

Grande parte dos fatores de risco encontra-se no próprio lar da criança e na comunidade em que esta habita. Alguns fatores de risco são identificados como pobreza extrema, violência física e/ou psicológica, desestruturação familiar, vulnerabilidade social, maus-tratos, negligência, entre outros (AMPARO et al, 2008). Para crianças que vivem em situação de vulnerabilidade social, as possibilidades de estarem expostas a fatores de risco são muito altas. A criminalidade, as drogas ilícitas, o álcool, o desemprego e a baixa escolaridade dos pais são influenciadores diretos sobre o desenvolvimento da criança, que vivendo em situação de vulnerabilidade social, provavelmente estará exposta a muitos dos indicadores citados (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2010). Para estas crianças, estarem inseridas em um ambiente conturbado com problemas nas relações, ou mesmo em uma família numerosa podem

interferir no desenvolvimento saudável. Segundo Sapienza e Pedromônico (2005, p. 211) “mais importante do que o risco isolado, a combinação de adversidades produz consequências negativas em diferentes áreas do desenvolvimento”. Assim, uma criança que se desenvolve em um ambiente com carência afetiva, condições inadequadas de higiene, alimentação inadequada, moradia precária e cercada por influências negativas terá grandes chances apresentar distúrbios em seu comportamento.

A organização da família, e principalmente a saúde emocional dos pais, como primeiro núcleo social em que a criança está inserida, terão valor determinante no desenvolvimento. Crianças com pais que apresentam alguma psicopatologia são pertencentes a um grupo de risco, pois terão maior propensão para um desenvolvimento problemático. Essa falha pode ser verificada frequentemente na forma de dificuldades escolares, uso de drogas e delinquência, agressividade, entre outras (DICKSTEIN; SAMEROFF, 1998 apud SAPIENZA; PEDROMÔNICO, 2005).

7 FATORES DE PROTEÇÃO

Ao pensar em casos de crianças que passaram por maus-tratos e vivem em situação de vulnerabilidade social, torna-se relevante questionar: Como elas enfrentam tais situações e em que se apoiam para tal? Como resposta a este questionamento se apresentam os fatores de proteção, que caracterizam-se das mais diversas formas, contribuindo para o desenvolvimento e para a redução dos traumas sofridos. Segundo Branden (1988, apud AMPARO et al, 2008, p.167) são três os tipos de fatores proteção que podem ser adotados pelo indivíduo:

(1) Fatores individuais, tais como autoestima positiva, autocontrole, autonomia, características de temperamento afetuoso e flexível; (2) fatores familiares, como coesão, estabilidade, respeito mútuo, apoio/suporte; (3) e, fatores relacionados ao apoio do meio ambiente, como bom relacionamento com amigos, professores ou pessoas significativas que assumam papel de referência segura à criança e a faça sentir querida e amada.

De acordo com o autor, estão envolvidos nos fatores de proteção características pessoais, influenciadores familiares e sociais. Sendo então que a criança poderá buscar não somente em si, mas principalmente na família e na escola apoio para desenvolver-se adequadamente. Entretanto, se um desses fatores é falho, existem ainda outros recursos, como Centros de Referência e Assistência Social (CRAS) ou turno inverso na própria

Revista Educação em Rede: Formação e Prática Docente. ISSN: 2316-8919

<http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/educacaoemrede/index>

p. 1-26

escola, que poderão ser oferecidos como auxílio, de forma a atenuar os riscos aos quais as crianças estarão expostas. Os fatores de proteção pessoais estão diretamente relacionados à forma como se dá o desenvolvimento da criança. Quando ela desenvolve relações seguras de apego com os pais ou cuidadores, principalmente no primeiro ano de vida, sua autoestima também é beneficiada, tornando a criança menos suscetível a danos decorrentes do meio social. Todavia, assim como o modelo de apego, o autoconceito que a criança possui pode ser modificado de acordo com as experiências de fracasso ou sucesso que vivencia (BEE, 1997). Por isso a importância da família exaltar as habilidades da criança, já que a autoestima apresenta-se como importante fator de proteção. Segundo Sapienza e Pedromônico (2005, p.213) “o bom relacionamento dos pais com os filhos pode ser considerado fator de proteção”, confirmando a importância que o ambiente familiar ocupa na busca por um desenvolvimento saudável.

A escola também pode ser reconhecida como fator de proteção, devendo dispor-se como ambiente acolhedor onde se promove a igualdade e a dignidade. Os laços formados com professores e colegas servirão para que a criança sinta-se inserida em um grupo onde ela poderá aprender a reelaborar seus sentimentos de medo, agressividade, frustração, bem como seus colegas e professores (SAMPAIO, 2004).

7.1 Resiliência

Mesmo passando por situações múltiplas de adversidades algumas pessoas permanecem resistentes e mantém seu desenvolvimento de forma plena. Esse tipo de fenômeno passou a ser estudado, uma vez que desperta, no mínimo, estranheza o fato de alguns indivíduos serem capazes de superar os traumas e outros não. A resiliência configura-se pela capacidade que um indivíduo ou um grupo possui de se recuperar psicologicamente após vivenciar situações extremas (AMPARO et al, 2008). Segundo Sapienza e Pedromônico (2005, p.213) “a resiliência pode ser considerada um fator de proteção para a adaptação do indivíduo às exigências cotidianas”, estando relacionada à autoestima e ao autoconceito de cada um, pois dependerá da forma como este recebe e interpreta as situações de risco. O indivíduo resiliente passa por situações adversas, porém com perspectivas otimistas, acreditando ser capaz de superar e progredir apesar dos obstáculos que lhes são postos.

Silva, Elsen e Lacharité (2003) citam uma pesquisa longitudinal realizada pelo pesquisador Werner (1995). Segundo Silva, Elsen e Lacharité este pesquisador acompanhou durante trinta e dois anos 698 crianças nascidas na ilha de Kauai- Hawaii. Os resultados desta pesquisa mostraram, de acordo com Silva, Elsen e Lacharité (2003, p.148) que:

As crianças que se desenvolveram de forma normativa [...] foram aquelas que puderam contar com um conjunto de fatores de proteção que incluía laços afetivos positivos dentro da família com pelo menos um cuidador [...] durante o primeiro ano de vida. Além disso, encontraram suporte emocional fora de casa, geralmente de um professor na escola, de amigos ou outra pessoa que as apoiavam, principalmente nos períodos de maior estresse.

A pesquisa confirma a importância dos laços familiares e redes de apoio, sejam elas na escola, amigos ou qualquer outra pessoa ou instituição que acolha esta criança em momentos de conflito. Está explicitado ainda que o apego desenvolvido no primeiro ano de vida torna o indivíduo mais confiante e seguro, capaz de enfrentar situações adversas e desenvolver resiliência.

O estudo sobre resiliência traz ainda questões relativas às possibilidades de reversão do quadro social em que o resiliente está inserido, pois nega o conceito de que uma criança que se desenvolve em uma comunidade vulnerável, em uma família desestruturada ou passa por qualquer outra adversidade estará destinada a viver tal como foi criada e reproduzir a violência que sofreu (SILVA; ELSÉN; LACHARITÉ, 2003).

A pobreza extrema identifica-se como um fator de risco capaz de reduzir a possibilidade de a criança ser resiliente, pois acarreta diversos outros fatores como cuidados inadequados com a saúde, alimentação comprometida, desemprego dos pais, dificuldades na escola, que poderão expor a criança de tal forma que esta irá sucumbir às adversidades (SILVA; ELSÉN; LACHARITÉ, 2003). De acordo com Silva, Elsen e Lacharité (2003, p.152), deve-se levar em conta “o momento em que o sujeito e a família se encontram quando se deparam com a adversidade”, já que a resiliência, segundo estes autores, não é um fenômeno estático, e o indivíduo mesmo resiliente em algumas circunstâncias poderá vir a sofrer em outras situações desfavoráveis.

8 MAUS-TRATOS

É importante elucidar quanto ao significado do termo maus-tratos, especificando algumas das faces em que se apresenta e consequências que este pode causar sobre o desenvolvimento e desempenho escolar das crianças. Segundo a Cartilha dos Direitos da Criança e do Adolescente, elaborada pela Câmara de Vereadores do Município de Gravataí (2009, p.80), o termo maus-tratos pode ser definido como “identificação genérica da ação violenta, humilhante ou degradante de uma pessoa em relação à outra”. Essa especificação trata, de forma ampla, os maus-tratos como toda forma de agredir, minimizar ou violar a integridade da criança, seja física ou psicologicamente. Em complemento a esta definição o artigo 5º do Estatuto da Criança e do adolescente (GRAVATAÍ, 2009, p.18) aponta ainda que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. Este artigo expõe ações que poderão ser consideradas maus-tratos e que ferem o direito da criança e do adolescente.

Para crianças que vivem em situação de vulnerabilidade social, em comunidades onde os índices de criminalidade, desemprego e violência são altos, estar expostos a algum tipo de ação que configura maus-tratos, seja por parte da família ou da comunidade, é quase inevitável. Segundo Sapienza e Pedromônico (2005, p.210) “aquelas crianças com dificuldades socioeconômicas cujas mães sejam também jovens, solteiras e pobres ou que tenham vindo de famílias desorganizadas, ou ainda crianças que tenham pais com desordens afetivas [...] são vulneráveis a eventos estressores”. Sendo então que a probabilidade de conflitos é maior para famílias com esta configuração. Existem ainda estudos que relacionam o uso de drogas e álcool no núcleo familiar à violência contra a criança (AGÊNCIA NOTISTA DE JORNALISMO CIENTÍFICO, 2011). Entre modalidades de maus-tratos, as que apresentam maior ocorrência nas comunidades vulneráveis são o abuso físico, o abuso sexual e a negligência.

8.1 Negligência

Sendo uma das formas mais freqüente de maus-tratos, a negligência, segundo o médico Antônio Alves Cardoso do Instituto da Criança do Hospital de Clínicas da FMUSP, é uma das modalidades de maior incidência. De acordo com ele a negligência

pode trazer consequências como “subnutrição, alteração no desenvolvimento neuropsicomotor [...], ferimentos por falta de supervisão, falta de higiene, dificuldade de linguagem, hiperatividade, déficit de concentração, etc.” (AGÊNCIA NOTISTA DE JORNALISMO CIENTÍFICO, 2011, p.4). Existe também a negligência emocional, que corresponde à desestruturação do ambiente familiar e dos aspectos emocionais e afetivos que podem interferir na autoestima e na autonomia da criança. A negligência emocional pode ser reconhecida também como falta de responsabilidade e de comprometimento com a educação e desenvolvimento da criança (AGÊNCIA NOTISTA DE JORNALISMO CIENTÍFICO, 2011).

8.2 Abuso sexual

Talvez uma das modalidades que implica mais seriamente no desenvolvimento da criança, o abuso sexual, segundo a Cartilha dos Direitos da Criança e do Adolescente elaborada pela Câmara municipal de Gravataí (2009, p.70) configura-se da seguinte maneira:

[...] manifesta-se pelo exercício arbitrário do poder para obter satisfação sexual. Na maioria dos casos, o abuso é cometido no próprio lar, mas também ocorre em abrigos, unidades de privação de liberdade e até mesmo na rua. Esse tipo de violência se caracteriza pelo rompimento dos limites da intimidade pessoal sem o consentimento da vítima. Há, inerente a ela, uma relação de poder da pessoa agressora, geralmente mais velha, de quem a vítima depende intelectual, emocional ou economicamente.

De acordo com a definição, o abusador normalmente possui uma relação próxima com a criança abusada, que se mantém submissa à situação principalmente por medo e vergonha.

O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, lançado em 2002 pelo Ministério da Justiça levanta dados alarmantes em todo país. Um desses dados refere que grande parte dos abusos acontecem dentro do lar e, muitas vezes, são de conhecimento dos demais membros da família, inclusive da mãe, não sendo raras as vezes em que esta inocenta o abusador e culpa a criança (AGÊNCIA NOTISTA DE JORNALISMO CIENTÍFICO, 2011).

Segundo estudos realizados pela Agência Notista de Jornalismo Científico (2011, p.15) “difícilmente uma criança passa por essa experiência sem carregar sérios

danos ao desenvolvimento da personalidade”, trazendo ainda que “as vítimas costumam desenvolver sintomas variados e quadros psicopatológicos como autoestima rebaixada, fortes sentimentos de culpa e depressão. Em casos extremos, podem ocorrer ideias suicidas ou a própria consumação do suicídio”. Porém, não se pode moldar um perfil exato da criança vitimizada, pois esta pode manifestar comportamentos variados, externalizando-os através de gestos e comportamentos, e não exatamente pela fala, sendo algumas vezes minimamente perceptíveis (INOUE; RISTUM, 2008). Estudos realizados demonstram que a escola representa papel significativo para a descoberta de casos de abuso infantil, já que é lá que a criança passa boa parte do dia. As professoras são mencionadas como quem mais identifica a violência sexual, seja através da verbalização das crianças ou comportamentos que indiquem o abuso, e por isso seria importante oferecer a estas uma formação, até mesmo por que a abordagem feita de forma incorreta pode ser prejudicial a criança (INOUE; RISTUM, 2008).

De acordo com Inoue e Ristum (2008, p.14), “há um severo impacto por violência sexual no desempenho e na vida acadêmica da vítima. Alterações no desenvolvimento cognitivo, na linguagem, na memória e no rendimento escolar [...]”, sendo essas algumas das consequências, além dos distúrbios de comportamento configurados pela agressividade e hostilidade, entre outros (INOUE; RISTUM, 2008).

8.3 Abuso físico

Presente principalmente na forma de violência familiar, de acordo com a Cartilha dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Gravataí (2009, p.84) configura-se como “praticada no contexto da convivência e no entorno familiar, normalmente contra crianças, adolescentes e mulheres por pessoas de sua convivência e com quem possuem laços afetivos ou sanguíneos”. Com base em castigos físicos, coercivos e práticas violentas para a “educação” dos filhos, pais/responsáveis que apresentam um modelo familiar com relações agressivas, adotam o discurso de estarem educando, porém não se dão conta de que a violência por eles praticada contra seus filhos poderá causar sérios danos ao seu desenvolvimento, inclusive com manifestações agressivas em ambientes de convívio social como, por exemplo, a escola (FERREIRA; MARTURANO, 2002).

O abuso físico esta diretamente ligado à relação de medo e poder da criança para com o agressor. A criança que sofre violência física pode apresentar dois tipos de comportamentos característicos, segundo um estudo da Agência Notista de Jornalismo Científico (2011, p.6)

[...] ou a criança se torna agressiva, brigando nos esportes e com seus colegas; ou desenvolve uma personalidade acolhida, sendo supermedrosa no contato com adultos, o estudo completa ainda que essas crianças poderão apresentar dificuldades em lidar com figuras de autoridade e professores.

Em estudo realizado com professoras que possuíam em sua sala de aula crianças vítimas de abuso físico e violência familiar, estas relataram que o desempenho escolar dessas crianças é inferior aos demais alunos. Além disso, citaram comportamentos agressivos e indisciplina por parte desses mesmos alunos (PEREIRA; WILLIAMS, 2008) levando a concluir que a violência sofrida ou presenciada no lar é adotada pelas crianças como comportamento adequado e reproduzida na escola. Esses desvios de comportamento causados pelo abuso físico, que é praticado pela família contra a criança, trazem danos também ao desenvolvimento psicológico em outras fases da vida. Segundo Bee (1997, p.43):

[...] uma vez estabelecido, o padrão de comportamento antisocial de uma criança tem repercussões em outras áreas de sua vida, levando à rejeição dos colegas e a dificuldades na vida acadêmica. Tais problemas, em contrapartida, muito provavelmente conduzirão um jovem a um grupo de amigos com desvio e, ainda, a uma posterior delinquência.

Sendo assim, muitas vezes, a família, que deveria ser a primeira a proteger de agressões e situações de conflito e violência, acaba sendo a responsável por uma futura delinquência que poderá decorrer da vivência e da violência sofrida quando criança.

9 TRABALHO INFANTIL

Vê-se a importância em se abordar também a questão do trabalho infantil, pois esta realidade está fortemente presente no cotidiano das comunidades que apresentam situação de vulnerabilidade social.

No Brasil, temos a designação do Estatuto da Criança e do Adolescente (GRAVATAÍ; 2009, p.24) que prevê em seu artigo 60 a questão do trabalho da seguinte

maneira: “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz”. Essa legislação, apesar de existente, encontra-se distante da atual realidade. Gomes (1998, p.55) trata o trabalho infantil como um adoecimento da família e não só da criança, referindo que não se pode querer culpar somente os pais pela situação, já que estes são também vítimas:

Não é possível mobilizar uma sociedade contra o trabalho infantil: é necessário deixar claro que ele só existe porque a família dessa criança é submetida a mais vil exploração e, muitas vezes, até à escravidão. Caso contrário, estar-se-á sendo cúmplice do encobrimento de nossa verdadeira chaga social: a pobreza de tantos.

A pobreza extrema faz com que o grupo familiar se mobilize, todos em prol da sobrevivência. Nestes casos o trabalho não envolve só as crianças e adolescentes, mas todos os membros da família que possam contribuir de alguma forma, uma vez que o salário dos adultos, chefes de família, é insuficiente para prover o sustento de todos (GOMES, 1998). No entanto, existe ainda a exploração do trabalho infantil, que se diferencia pelo caráter nocivo à saúde física e psicológica da criança e do adolescente, e também por estar relacionado ao benefício de um sobre o outro, no caso da exploração do trabalho infantil, do adulto sobre a criança, no intuito de obter vantagem ou lucro. Diferindo do trabalho em prol do núcleo familiar, a exploração pode estar explícita em casos onde pais que não trabalham exploram seus filhos para que estes promovam o sustento do lar, por exemplo (GOMES, 1998). A exploração do trabalho infantil, segundo Gomes (1998, p.54) pode ser definida:

[...] quando é realizado em condições inadequadas, prejudiciais e /ou perversas; exige da criança ou do jovem uma atividade constante e desproporcional a suas forças, a seu estágio de desenvolvimento psicossocial; a atividade impede as brincadeiras, os jogos, o descanso e, em especial, a **escolarização regular, tão imprescindível à preparação deles para a cidadania plena. (grifo nosso)**

Uma das sérias consequências trazidas pelo trabalho infantil é a evasão escolar. Cumprindo muitas vezes carga horária compatível ou superior a um adulto, a criança abandona a escola para dedicar-se somente à atividade remunerada. Para contrapor essa necessidade, os programas que buscam erradicar o trabalho infantil e incentivar a frequência escolar são de fundamental importância. Entretanto, Kassouf (2007, p.346) em seus estudos conclui que “os programas de renda mínima e Bolsa-Escola têm algum

impacto na escolaridade e que esse impacto é positivo e significativo, contudo não inibem o trabalho das crianças”, pois não significa que no turno inverso à escola estas crianças deixarão de trabalhar. Incentivados pelos pais, necessitam complementar a renda da família.

Uma criança que abandona a escola para dedicar-se ao trabalho, ou mesmo que divide seu tempo entre a escola e o trabalho estará comprometendo seu futuro e minimizando suas possibilidades de elevar sua condição social, reproduzindo, possivelmente, o mesmo caminho trilhado pelos pais. Kassouf (2007, p.344) cita que:

A baixa escolaridade e o pior desempenho escolar, causados pelo trabalho infantil, têm o efeito de limitar as oportunidades de emprego a postos que não exigem qualificação e que dão baixa remuneração, mantendo o jovem dentro de um ciclo repetitivo de pobreza já experimentado pelos pais.

Sendo então que, mesmo estando frequente na escola e com auxílio de algum programa como, por exemplo, o Programa Bolsa Família¹, a necessidade da geração de renda continua. O risco de a criança dedicar-se insuficientemente aos estudos ou evadir é permanente. Esse tipo de situação pode gerar, conforme a autora, um “ciclo repetitivo”, de forma que passa a ser um problema cultural, em que a família aceita, repete e perpetua. Assim, sem escolarização, as oportunidades de um emprego com melhor remuneração serão quase nulas, e a criança mesmo depois de adulta, estará fadada à exploração de seu trabalho.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

São muitos os fatores que interferem no desenvolvimento de uma criança até o seu ingresso na escola, principalmente quando esta vivencia situações traumáticas e permanece em situação de vulnerabilidade social. Conhecer esses fatores e compreender a forma como influenciam no desempenho escolar durante as séries iniciais é uma tarefa ainda em construção, que se faz necessária à medida que as dificuldades se apresentam na escola. Neste artigo foram caracterizadas algumas das causas que levam ao baixo

¹ Lei 10.836 instituída pelo Governo Federal em 2003, administrada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que oferece auxílio financeiro para famílias com baixa renda, desde que estas cumpram as condições determinadas. Entre essas condições encontram-se a matrícula e a frequência mínima de 85% das crianças e adolescentes com até quinze anos de idade no ensino fundamental (BRASIL, 2009).

Revista Educação em Rede: Formação e Prática Docente. ISSN: 2316-8919

<http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/educacaoemrede/index>

p. 1-26

rendimento escolar, todas elas diretamente relacionadas à qualidade nas relações familiares e sociais.

É importante que pesquisas acerca do rendimento escolar de crianças que vivem em situação de vulnerabilidade social e/ou sofreram traumas continuem sendo realizadas, buscando-se não apenas entender como os processos de aprendizagem e desenvolvimento podem ser afetados por estas condições, mas também buscando-se propostas de intervenções a serem realizadas pelas instituições de ensino e de apoio em prol do desenvolvimento global dos seus alunos. Com isso, deve-se discutir também a prática docente, refletindo-se sobre os limites de atuação do professor na busca por alternativas para amenizar as consequências e oferecer suporte adequado para que a criança obtenha sucesso em seu rendimento nos primeiros anos de escolarização, a fim de evitar a evasão e apontar para um caminho que poderá ser a única oportunidade para uma vida mais digna.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NOTISTA DE JORNALISMO CIENTÍFICO. O que são os maus-tratos às crianças? **Revista Psique**: caderno especial, São Paulo, ano VI, n. 64, p. 1-15, 2011.
- AMPARO, Deise Matos do et al. Adolescentes e jovens em situação de risco psicossocial: redes de apoio social e fatores pessoais de proteção. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 13, n. 2, p. 165-174, mai. 2008.
- BEE, Helen. **O ciclo Vital**. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- BOWLBY, John. **Uma base segura**: aplicações clínicas da teoria do apego. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Bolsa Família**: Transferência de renda e apoio à família no acesso à saúde e à educação. Brasília: Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), 2009.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos: uma contribuição de Vygotsky ao ensino de geografia. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 25, n. 66, p. 185-207, mai. 2005.
- COLL, César. **Aprendizagem Escolar e Construção do Conhecimento**. Porto Alegre: Artmed, 1994.
- D'AVILA-BACARJI, Keiko Maly Garcia; MARTURANO, Edna Maria; ELIAS, Luciana Carla dos Santos. Recursos e adversidades no ambiente familiar de crianças com desempenho escolar pobre. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 15, n. 30, p. 43-55, jan. 2005.
- FERREIRA, Marlene de Cássia Trivellato; MARTURANO, Edna Maria. Ambiente familiar e os problemas do comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 35-44, 2002.
- GOMES, Jerusa Vieira. Vida Familiar e trabalho de crianças e de jovens pobres. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 14-15, p. 45-61, ago. 1998.

GRAVATAÍ (RS). Câmara de Vereadores. **Cartilha dos direitos da criança e do adolescente**: Subsídios para o debate / Comissão da Criança e do Adolescente. 2 ed. Gravataí: Câmara de Vereadores, 2009.

INOUE, Sílvia Regina Viodres; RISTUM, Marilena. Violência Sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 25, n. 1, p.11-21, jan. 2008.

KASSOUF, Ana Lúcia. O que conhecemos sobre o trabalho infantil? **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.17, n.2, p. 323-350, ago. 2007.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky**: Aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. 4 ed. São Paulo: Scipione, 2005.

PEREIRA, Paulo Celso; SANTOS, Adriana Barbosa dos; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Desempenho escolar da criança vitimizada encaminhada ao fórum judicial. **Psicologia: Teoria e pesquisa**, Brasília, v.25, n.1, p. 19-28, mar. 2009.

PEREIRA, Paulo Celso; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. A concepção de educadores sobre violência doméstica e desempenho escolar. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRPEE)**, Campinas, v.12, n.1, p.139-152, jan./jun. 2008.

PRATI, Laíssa Eschiletti; COUTO, Maria Clara P. de P.; KOLLER; Sílvia Helena. Famílias em Vulnerabilidade Social: Rastreamento de Termos Utilizados por Terapeutas de Família. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Porto Alegre, v.25, n.3, p. 403-408, mar. 2009.

RABELLO, Elaine; PASSOS, José Silveira. **Erikson e a teoria psicossocial do desenvolvimento**. Disponível em <http://www.josesilveira.com> Acesso: 27 de set. 2011.

RAPOPORT, Andrea; SARMENTO, Dirléia Fanfa. Desenvolvimento e aprendizagem infantil: implicações no contexto do primeiro ano a partir da perspectiva Vygotskiana. In RAPOPORT, Andrea et al (orgs.). **A Criança de seis anos no ensino fundamental**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

SAMPAIO, Dulce Maria. **A pedagogia do ser**: Educação dos sentimentos e dos valores humanos. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

SAPIENZA, Graziela; PEDDROMÔNICO, Márcia Regina Marcondes. Risco, Proteção e Resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. **Psicologia em estudo**, Maringá, v.10, n.2, p. 209-216, mai. 2005.

SCIVOLETTO, Sandra et al. Avaliação diagnóstica de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social: transtorno de conduta, transtornos de comunicação ou “transtornos do ambiente”? **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v.36, n.5, p. 206-207, mar. 2009.

SILVA, Algéria Varela. Vulnerabilidade Social e suas Consequências: O Contexto Educacional da Juventude na Região Metropolitana de Natal. In: **Encontro de Ciências Sociais do Norte Nordeste**, 2007. Maceió. Disponível em www.cchla.ufrn.br/rmnatal/artigo/artigo16.pdf < Acesso em: 27 de ago. 2011.

SILVA, Mara Regina Santos; ELSEN, Ingrid; LACHARITÉ, Carl. Resiliência: concepções, fatores associados e problemas relativos à construção do conhecimento na área. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v.13, n.26, p.147-156, dez.2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias de currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL’AGLIO, Débora Dalbosco. Crianças e Adolescentes Institucionalizados: Desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio social. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Porto Alegre, v.26, n.3, p.407-415, jul. 2010.

SOARES, Leôncio. **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
SOPELSA, Ortelina. **Dificuldades de Aprendizagem**: respostas em um atelier pedagógico. 2 ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.